

## APRESENTAÇÃO

**Número temático: Africanidades, Brasilidades e Educação das Relações Étnico-Raciais**

*Profa. Dra. Edna Martins*

*Profa. Dra. Marina Pereira de Almeida Mello*

Equipe Editorial Olhares

Educar e aprender exige mais do que implementar leis. Exige que se pense e se atue, concebendo a educação de uma forma bem mais ampla, complexa e abrangente do que a sugerida por raízes e percursos supostamente mono e eurocentrados, monológicos e cartesianamente conduzidos, em termos de verdades inquestionáveis. Há verdades sobre passado e presente; sobre as dimensões do Bem que se opõe ao Mal, do certo que se opõe ao errado, do macho que se opõe à fêmea, do íntegro que se opõe ao degenerado, do velho que se opõe ao novo, da virtude que se opõe ao vício e assim por diante. Dicotomias e hierarquias têm pautado um mundo polarizado e cioso por pureza e limpeza. Assim, educar para as relações étnico-raciais, de modo emancipador, exige que se possa, de algum modo, transpor as fronteiras e os muros estritos da “escola” entendida como *locus* e trincheira classificatória (em séries, níveis, faixas etc.) de saberes social e culturalmente relevantes e dos que, ao contrário, são encarados como supérfluos, curiosos ou *folclóricos*. Se a genealogia das palavras nos induz a pensar que *professores* são seres que professam, e alunos sejam seres *sem luz*, as transformações indicadas pelas leis 10.639 de 2003 e 11645 de 2011 nos lançam o desafio de descortinar o que os legados das populações ditas “nativas” (indígenas) e os da chamada “diáspora africana” teriam a nos ensinar em termos de encontro, convivência e, portanto, de educação em seu mais amplo sentido: que implica partilha e troca, que implica razão e mente, mas também afeto, intimidade, espiritualidade.

Os trabalhos aqui apresentados nos inspiram a perceber que *descolonizar* exige contemplar as relações étnico-raciais, concebendo-as como também e inexoravelmente, associadas às questões de gênero, classe, sexualidade, idade e nacionalidade. Para tanto, explicitar e trazer à tona sua dimensão infrapolítica, subjetiva, intrasubjetiva e cotidiana pode permitir o enfrentamento de discriminações, preconceitos e estereótipos que expõem assimetrias e exigem políticas de valorização e reconhecimento das identidades subalternizadas. Afinal, como sugere Franz Fanon “*existir supõe sempre a presença de um/a Outro/a*”, que estará aqui, lá ou acolá, se dispondo ou não a ver, enxergar, ouvir, escutar. Ao mesmo tempo, urge promover a efetiva transdisciplinaridade, em que estudantes possam, por exemplo, em uma aula de Educação Física aprender matemática: jogando, cantando, imaginando e dançando, tudo ao mesmo tempo, a partir de exemplos africanos, afro-brasileiros e indígenas. Da mesma forma, *descolonizar* em uma aula de história que mobiliza sentidos e significados múltiplos e variados,

por meio da poesia, da literatura e de jornais locais, vai ao encontro de outras formas de atuação docente. Se é história ou geografia, se é literatura ou sociologia, o importante é *deslocar*. O deslocamento desaloja e desestabiliza para dar lugar ao movimento, ao novo, à superação.

Quiçá possamos celebrar, por meio das reflexões contidas nesse número, a emergência do professor e da professora que pare de professar generalidades universais e universalizantes; que por meio de autoconhecimento, autoquestionamento e formação continuada possa se desancorar sem culpa das certezas que desumanizam e desqualificam pessoas e seres (humanos ou não). Formar para a docência, como também é possível perceber neste número da Revista Olhares, envolve circunstâncias íntimas: nem sempre concretas e objetivas, mas sempre interpessoais e intersubjetivas, de modo que a busca por liberdade e justiça requer, cada vez mais, que desafie os fantasmas do racismo em nossas escolas, nossos lares e instituições.

Desejamos a todas/os uma boa leitura: que lhes sejam renovadas as esperanças na educação como caminho.